

CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO & ENSINO ESCOLAR:
LIMITES, PERSPECTIVAS
E POSSIBILIDADES

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

MARA DE FÁTIMA MARCELINO

CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO & ENSINO ESCOLAR:
LIMITES, PERSPECTIVAS
E POSSIBILIDADES

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marcelino, Mara de Fátima

Conselho Municipal de Educação & ensino escolar : limites, perspectivas e possibilidades / Mara de Fátima Marcelino. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2013. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-285-0

1. Conselhos de educação – Lages (SC) 2. Conselhos Municipais de Educação 3. Educação e Estado – Lages (SC) 4. Escolas – Organização e administração – Participação do cidadão 5. Políticas públicas I. Título. II. Série.

13-08324

CDD-379.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Conselhos Municipais de Educação :
Política educacional 379.81

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-lettras.com.br

livros@mercado-de-lettras.com.br

1ª edição

agosto/2013

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Agradecer é preciso

Agradeço a Deus pela saúde e fé na possibilidade de um mundo melhor possível. Aos meus pais pela vida, pelos ensinamentos, pela apresentação ao mundo. A meu esposo Enedino Vicente pelo companheirismo e cumplicidade. As minhas queridas filhas Lídia, Simone em especial à Aline pelas contribuições valiosas. A minha Mãe e irmãos, obrigada pelo incentivo, ajuda, ensinamentos e exemplo de perseverança. Às minhas maravilhosas netas Caroline e Yasmin. Em especial, a minha grande incentivadora e orientadora professora Malu Almeida pela convivência e por sua forte presença intelectual nas orientações, por respeitar minha trajetória de formação, ensinando-me que o processo de construção do saber faz-se na caminhada. Ao Prefeito, a Secretária de educação e ao Simproel; pela concessão da bolsa e licença remunerada de dois anos para que eu pudesse me dedicar à pesquisa, oferecendo-me condições excepcionais de estudos e aprofundamento teórico. Enfim a todos que de uma forma ou outra contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Obrigada.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
Maria de Lourdes Pinto de Almeida	
INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1	
CAMINHO METODOLÓGICO	41
Capítulo 2	
SOBRE O OBJETO DE PESQUISA	55
Capítulo 3	
OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO COMO ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA SOCIEDADE CIVIL.....	79
Capítulo 4	
A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE DA SERRA CATARINENSE: IDENTIDADES, AÇÕES E CONTRADIÇÕES	101
Capítulo 5	
COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223

PREFÁCIO

Foi com muito prazer que aceitei o convite da Mara Marcelino para prefaciar seu livro.

Mara foi minha orientanda no mestrado da Uniplac, campus de Lages, e já no início sua determinação, disciplina e responsabilidade ficaram em evidencia. Como era professora efetiva do município de Lages, tinha uma experiência profissional impar trabalhando no Sindicato de Professores e era membro do Conselho Municipal de Educação, não titubeou em eleger seu objeto de pesquisa advindo de sua práxis pedagógica. Decidiu estudar o Conselho Municipal de Educação e assim o fez, defendendo sua dissertação em 20 meses. A fundamentação teórica de sua pesquisa foi teoria Gramsciana.

O ser humano faz ciência como necessidade de conhecer melhor o mundo e nele sobreviver, sendo uma atividade natural, propiciando uma reflexão subjetiva dos processos. Daí, a importância da pesquisa científica, entendida como um processo de extrema amplitude e complexidade, ou seja, um processo de conhecimento.

A pesquisa científica possibilita novos conhecimentos, novas ideias cuja finalidade consiste em dotar a consciência de novas ideias, representativas de conteúdos até então ignorados

da realidade exterior, onde sua filosofia incorporará naturalmente toda a reflexão sobre a metodologia da investigação, a lógica do raciocínio e a sociologia da ciência.

Cabe a nós pesquisadores, toda a reflexão do trabalho que executamos, os fundamentos existenciais, os suportes sociais e as finalidades culturais que o explicam, o exame dos problemas epistemológicos, a determinação da origem, poder e limites do nosso objeto de estudo.

Neste contexto, a articulação da teoria e da prática se faz imprescindível para a consciente transformação das ações pedagógicas. Nessa abordagem, pensar teoria e prática em conjunto representa um desafio cada vez mais complexo para uma educação comprometida com os valores da cidadania, da ética, da equidade, da superação de individualismos e de apatias. Esse desafio, marcado pelos contrastes sociais cada vez mais complexos, requer dos sujeitos envolvidos consciência crítica para a construção de um mundo justo e inclusivo. E isto Mara Marcelino conseguiu fazer com excelência em sua pesquisa.

Diante dessa realidade histórica que estamos vivendo na contemporaneidade em que a educação apresenta-se como uma ação desestabilizadora e de cristalização de modelos neoliberais, ser educador significa contribuir com a formação, conforme corações e mentes daqueles que se disponham a lutar para construir um espaço mais humano, mais justo e solidário, mais digno e igualitário.

Entender a função social da educação e, em especial, do processo de gestão educacional implica a compreensão da realidade enquanto totalidade, para a concretização da práxis pedagógica transformadora.

Superar o distanciamento entre teoria e prática, entre o pensar e o fazer sugere o encurtamento das ‘distâncias’, para que

a ‘ação’ esteja organicamente articulada quanto à orientação do fazer escolar em seus processos diretivos.

Importante ressaltar que nosso pensar e fazer está situado em um determinado contexto e momento histórico e nossa leitura da totalidade parte do cenário econômico, social e político no qual estamos inseridos.

Anosso ver os Conselhos de Educação podem desempenhar papel importante no desenvolvimento de uma visão de educação autônoma, crítica que não sirva tão somente a interesses políticos e econômicos, mas que seja vista como possibilidade de mudança, de transformação da realidade da classe trabalhadora desse país. A participação e o diálogo podem ser utilizados como processo de conscientização e emancipação da classe trabalhadora, como forma de utilizar novos conhecimentos para fazer uma releitura da realidade que os cerca.

Mara fez uma análise crítica da realidade, do cotidiano do funcionamento dos conselhos de educação como órgãos, que podem promover a participação e o diálogo como forma de conscientizar a sociedade civil na pretensa ideia de transformação social. Transformação esta que leva a classe trabalhadora a se sentir como classe, a pensar em si e no outro como cidadão, como ser que pode organizar-se para conquistar seu espaço, para gerir seu próprio destino.

Pensar processos educacionais nesse contexto requer, portanto, acreditar que a educação não transforma a sociedade, mas, talvez, possa mudar as pessoas, e por isso ela vale a pena.

Ao nos aproximarmos de alguns conceitos referentes a esse estudo podemos, de alguma maneira, contribuir para pensar sobre as apreensões que inquietam a escola e tornam-se cada vez mais compromisso de toda a sociedade. Na contemporaneidade, o que acontece do outro lado do planeta afeta a todos, portanto, entendemos ser desnecessário elucidá-los.

Mara afirma que para participar é necessário haver compromisso, envolvimento, presença e constante atenção, a participação necessariamente deve estar acompanhada de consciência de seu papel como representante de um grupo, ou de uma classe. A participação nunca será suficiente, porque vive da utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade. Ela precisa ser construída e reconstruída no cotidiano da sociedade civil, da escola, do ensino e do Conselho Municipal de Educação.

Segundo a autora deste livro, não temos desenvolvido entre nós o compromisso de nos organizarmos democraticamente em defesa dos direitos, esperamos que o Estado nos conceda ou o que é pior acreditamos que esta é tarefa do Estado em defender os interesses e os direitos da coletividade. Esta subserviência que tem raízes históricas, portanto cultural, vem alimentada através dos séculos por políticas interventoras e lideranças centralizadoras do poder.

No entanto, a categoria conscientização é entendida como tomada de consciência por parte dos conselheiros, de seu papel enquanto representante da sociedade civil, tomar consciência quer dizer, conhecer e reconhecer-se como cidadão de direitos e deveres. É o desenvolvimento de uma postura crítica diante da vida e do mundo, enquanto capacidade para agir. Conscientizar-se é apropriar-se da capacidade de intervir, de forma consciente e criativa, na realidade histórica.

Para que a educação de qualidade esteja disponível à classe trabalhadora, segundo a autora, o Conselho Municipal de Educação e seus conselheiros, deverão lutar por uma educação emancipadora, conscientizadora, portanto a participação nos conselhos não pode ser desinteressada, descompromissada. É necessário, segundo Marcelino, mais do que uma expressão numérica. É necessário que além do espaço democrático os conselheiros possam atuar democraticamente, ou seja, é necessário e fundamental que o poder circule que as informações

estejam ao alcance de todos, para que a participação dos conselheiros seja efetivamente engajada e cidadã. Assim haverá menos antagonismos e mais consenso e direção dos encaminhamentos, menos democracia política demagógica e efetivamente mais deliberação que venham ao encontro de necessidades fundamentais das classes subalternas.

Mais uma vez vale a pena dizer que o conhecimento apresenta-se, na contemporaneidade, como uma mercadoria da qual “o capital” necessita para sua continuidade. Se até bem pouco tempo a mão de obra era uma importante mercadoria, no mundo globalizado a força perde valor e abre-se uma nova categoria chamada sociedade do conhecimento, que nada mais é do que o novo objeto do capital. Porém, nesse contexto, a variedade de informações prevalece sobre a qualidade do conhecimento e este, por sua vez, possui um caráter.

Contudo, pensarmos sobre a teoria e a prática implica considerarmos que todo processo, todo movimento, está sujeito a contradições. A contradição por sua vez não invalida o fazer da gestão, apenas registra determinados aspectos naturais do processo. Desse modo, articular o pensar e o fazer requer o compromisso de pensá-los em termos graduais e processuais, mediante sucessivas construções e conquistas coletivas. Sendo o processo contraditório, não há como concebê-los de forma homogênea, pois cada escola apresenta realidades que lhe são peculiares em cada momento histórico.

Na perspectiva de que os Conselhos de Educação são instâncias representativas e colegiadas que propiciam a sociedade civil se fazer representada, portanto, ele pode se transformar em um espaço de discussão, de cidadania e respeito pelo que o outro tem a dizer.

Na pesquisa Marcelino optou por trazer como embasamento teórico a teoria de Antonio Gramsci, utilizando

conceitos tais como sociedade civil, Estado Ampliado, Consenso, Hegemonia, sociedade política. Estes conceitos trabalham com as organizações responsáveis pela elaboração e ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, etc. No âmbito e por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscar aliados para as suas posições a direção política e o consenso. A proposta de análise trazida por Marcelino é inovadora, de intervenção e mediação perante a problemática discutindo a construção de um Estado Ampliado onde sociedade civil e política se integram, engendram em uma só perspectiva buscando a educação de qualidade, que segundo Gramsci se dá somente e tão somente em espaços onde se tem esperança.

Nesta perspectiva de consenso e direção é que Marcelino desenvolveu sua pesquisa, datada historicamente, contribuindo para e na educação, como possibilidade de superação das dificuldades e problemáticas do cotidiano educacional.

Para Marcelino participar com responsabilidade e discutir a educação, requer disponibilidade de tempo, pesquisa, estudo e acompanhamento. Sendo os conselheiros membros voluntários, que se reúnem com o colegiado mensalmente para deliberações de pautas, muitas vezes extensas, e com horário incompatível com as discussões propostas. Como fica a participação dos membros (conselheiros) que compõem o Conselho? E quanto à qualidade do trabalho de seus membros, fica prejudicada essa participação? Como garantir a discussão aprofundada e o acompanhamento, tão necessário e importante das ações do governo, ou seja, suas políticas públicas, sem o tempo necessário para as devidas reflexões? É possível para o Conselho de Educação desempenhar o papel de articulador e incentivador de propostas pedagógicas inovadoras, capazes de propiciar o desenvolvimento e as melhorias tão necessárias na qualidade do ensino brasileiro? Os Conselhos de Educação têm condições de atuar em parceria com

os governos, de modo a buscar a melhoria do ensino, garantindo o acesso, a permanência e o desenvolvimento das crianças e jovens matriculados nos diferentes níveis e modalidades? Os Conselhos de Educação têm constituído espaços democráticos de participação? Os Conselhos estão em condições de contribuir para uma maior autonomia municipal na área do ensino e para um avanço das políticas públicas nesta área? Essas são algumas das inquietações trazidas por Mara Marcelino neste livro.

A tomada de consciência é o início de um processo de mudança, são nossas ideologias e visão de mundo, que nos permitem tomarmos consciência e assumirmos atitudes diante da realidade e dos conflitos sociais. Vivemos numa sociedade que há um total descrédito dos nossos representantes políticos em todas as instancias de governo. Diante de um contexto de globalização e desigualdades é preciso ir além. É fundamental pensar e propiciar ao outro, consciência social e política de pertencimento para possibilitar condições de práticas sociais transformadoras. Assim é importante, segundo a autora, que o Conselho Municipal de Educação desenvolva ações e práticas sociais na luta pela cidadania, na releitura de sua visão de mundo, de compreensão dos fatos que geram desigualdades e injustiças.

Neste contexto, Mara entende que o Conselho Municipal de Educação poderá desenvolver o papel de protagonista nas tomadas de decisões, para se vislumbrar uma revolução na qualidade da educação oferecida à classe trabalhadora. O que nos faz pensar que há muito que caminhar para que a participação nos conselhos seja, ou se torne cada vez mais equânime e essa participação cidadã tem que se dar também em outros espaços que antecedem o conselho. O conselho pode tornar-se expressão máxima de diálogo entre sociedade civil e Estado.

Neste sentido poderíamos dizer que os Conselhos de Educação fazem parte de fóruns de gestão e representam não apenas uma mudança em termos da forma da democracia,

como também uma verdadeira revolução no que diz respeito à constituição de capital social, entendido enquanto formação de um conjunto de requisitos cívicos (cidadania, solidariedade, sentido público, coletivismo etc.) que permitem o fortalecimento da organização da sociedade.

Enquanto na teoria representativa, a participação individual encontra o limite de sua atuação na escolha dos representantes; na teoria participativa a participação tem função educativa baseada na cooperação da sociedade civil sobre as decisões na realidade cotidiana. O desafio é fomentar o envolvimento dos cidadãos nas atividades, seja por meio da participação política e/ou do controle social. A participação implica na criação de mecanismos legais de abertura do governo para escutar as opiniões sociais e considerá-las no momento das formulações, deliberações de políticas públicas – para que a participação de fato se concretize, deve vir acompanhada de transparência decisória e acesso à informação.

Gostaria de deixar aqui registrado o meu agradecimento a Mara Marcelino pela dedicação impar que teve no desenvolvimento desta investigação e parabenizá-la pela excelente fundamentação teórica utilizada na elaboração desta discussão. O resultado está aqui: uma discussão de fôlego com um tema polêmico, atual e extremamente pertinente na área da Educação. Penso que todo orientador de dissertações e teses adoraria ter orientandos com perfil responsável e disciplinado apresentado pela autora desta obra. Parabéns querida!

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Campinas, janeiro de 2013

INTRODUÇÃO

O que temos é que a ciência, enquanto atividade humana, não pode renegar seu caráter histórico de práxis libertadora ou de alienação utilitária que estaria a serviço da acumulação do capital.

A ideia de “ciência una” nos possibilita pensar as atividades científicas das mais diversas “especialidades” como um fazer integrado historicamente, quer para maximizar os lucros do capital, quer para contribuir no sentido de liberar “o gênero humano”, que nas condições atuais do capitalismo, significaria contribuir no sentido da luta pela emancipação da classe trabalhadora.

(Almeida 2003, pp. 71-72)

Partindo do pressuposto de que o homem só pode transformar o mundo a partir de determinado conhecimento teórico, é que esta pesquisa, datada historicamente, pretende trazer à reflexão o papel que o CME pode desempenhar na Educação Municipal de Lages. Nossa hipótese é de que o Conselho, juntamente com os gestores escolares e o corpo técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação, num trabalho coletivo, teórico e prático, tem condições de realizar um ensino de qualidade para todos; que produza um conhecimento

científico e significativo e, por conseguinte, uma consciência transformadora do alunado e (por que não?) dos professores, gestores, conselheiros e técnicos que gerem a educação como um todo.

Este estudo baseia-se na busca do novo, do diferente, do estranho àquilo que está posto na realidade da escola. Neste contexto, a pesquisa também se caracteriza como processo necessário à formação, pois através dela é possível buscar caminhos e desenvolver a percepção crítica, portanto contrária aos modelos que fundamentam a educação brasileira e que a colocam como mercadoria a ser consumida, para poder entrar ou manter-se no processo produtivo.

Desse modo, no momento em que eu me torno uma pesquisadora, eu me coloco em outro lugar, diferente daquele que costumeiramente estudamos e fazemos nas pesquisas voltadas à Educação. Investigar temáticas relacionadas ao âmbito escolar, às instituições de ensino, à relação professor-aluno, à formação de professores e ao processo ensino-aprendizagem é relevante para a educação brasileira; no entanto, tais questões não vinham ao encontro do meu interesse de pesquisa, visto que, até então, não eram estes temas que chamavam minha atenção. Este projeto de pesquisa surgiu das angústias vivenciadas como profissional do Magistério Público Municipal de Lages, tendo em vista que até o ano de 1994 atuei como docente, experienciando todos os limites e possibilidades do dia-a-dia da sala de aula na Educação Básica.

Na perspectiva de contribuir nas discussões sobre as políticas de apoio ao profissional da Educação, lancei-me candidata e fui eleita, em 1994, como presidente da Associação Lageana dos Profissionais da Educação do Município de Lages (ALPROM). Algumas conquistas importantes foram alcançadas durante o mandato, mas sempre discutíamos, em reuniões, as limitações que a associação tinha em termos de lutas, negociações

e conquistas para o magistério. Na época, o município de Lages contava com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipal que, devido ao expressivo número de servidores públicos não ligado ao magistério, o máximo que conseguíamos era eleger o vice-presidente.

Assim, com a promulgação, no contexto brasileiro, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei n.º 9394/96, surgiu a possibilidade concreta de reformulação do Plano de Carreira para o magistério público, conforme previsto em seu artigo 67, e diante da necessidade de pensar na categoria “professor” como um profissional com especificidades diferenciadas dos demais servidores públicos, algumas lideranças, naquele momento (1996), decidiram em assembleia da categoria dos professores, específica para este fim, pela fundação de um sindicato somente para os profissionais do magistério, o que na verdade não foi muito simples, pois os demais servidores públicos municipais não concordavam com tal separação. Foi com dificuldades que, em dezembro de 1997, conseguimos aprovar a fundação do Sindicato Municipal dos Profissionais da Educação de Lages – Simproel.

Desta forma começamos uma história de lutas, reivindicações, conquistas e representatividade da categoria, em vários momentos como: participação em conselhos, comissão para alteração do plano de carreira e para estudos de legislação, que se sucederam nestes treze anos que estive no Simproel como diretora trabalhista, como vice-presidente (por dois mandatos) e também como presidente. Neste momento, como diretora trabalhista eleita e membro do magistério, representando a categoria como conselheira no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.

Foi exatamente neste período de treze anos fazendo parte da diretoria do Simproel que houve a minha indicação para

representar os professores municipais no Conselho Municipal de Educação – CME. Para uma série de pesquisadores que se dedicam a investigação científica na área da Educação, os projetos de pesquisa têm como ponto de partida as inquietações que se apresentam no seu cotidiano. Estudar o Conselho Municipal de Educação foi uma decisão baseada na experiência de ter sido conselheira e de fazer parte das diferentes instâncias da educação.

Segundo Bordignon (2009, p. 53), a concretização da gestão democrática deu-se também na implantação dos conselhos como “órgãos de representação” da sociedade civil, portanto de “deliberação plural”. “Os conselhos de educação foram concebidos como órgãos de assessoramento”, logo, de caráter técnico.

A proposta do CME é fazer um trabalho em conjunto com os órgãos públicos, no sentido de propor melhorias de ordem técnica, pedagógica e de concepção ideológica, necessárias aos projetos que são encaminhados pela Secretaria de Educação do Município de Lages, para análise e deliberações. A partir desta experiência surgiu a necessidade de um maior entendimento e aprofundamento teórico para contribuir em todo o processo de funcionamento do CME.

A pesquisa tem como objetivo analisar o grau de participação e de atuação dos membros do CME de Lages, SC, e suas contribuições no Ensino Escolar Municipal, bem como verificar os reflexos das ações do CME no “chão da escola”. A área de concentração da pesquisa será na área da educação, subdividida em Educação e Legislação, e Educação e Políticas Públicas, como um dos focos da pesquisa.

Como objetivos específicos, pretendemos: a) identificar a representação da sociedade civil no CME; b) reconhecer o controle que a sociedade civil exerce sobre os órgãos de Estado,

principalmente no que refere ao CME; c) analisar o grau de participação dos conselheiros e o papel do CME; d) investigar a representação da sociedade civil no CME no que diz respeito à participação e à elaboração das políticas públicas educacionais; e) refletir historicamente sobre as relações sociopolíticas para se aproximar do que emergiu e espera o CME de Lages. f) investigar a existência (ou não) de maior democratização da Educação Municipal a partir da criação do CME, ou seja, pretendo investigar os limites, as possibilidades e as perspectivas deste Conselho.

Conforme o exercício das funções de conselheira foi possível perceber que o CME possuía inúmeros limitadores, entre os quais destaco: troca constante de conselheiros; o pouco preparo para o exercício da função, quer seja por vontade do próprio conselheiro, ou por falhas no funcionamento interno; a falta de estrutura física e/ou operacional e condições adequadas de trabalho para os conselheiros; o baixo conhecimento que alguns detinham sobre as razões de existência / finalidades de um conselho municipal, ou seja, a sua não visibilidade pública, ou a publicização das ações do Conselho, diante da comunidade escolar à qual pertence.

Na perspectiva de que os Conselhos de Educação são instâncias representativas e colegiadas que propiciam a sociedade civil se fazer representada, é possível afirmar que eles são (ou deveriam ser) um espaço de discussão, de cidadania e respeito pelo que o outro tem a dizer. Neste entendimento é que pretendemos desenvolver e encaminhar nossa pesquisa.

Nesta pesquisa o embasamento teórico adotado será a partir das concepções de Antonio Gramsci,¹ utilizando-se de

1. Gramsci passou a ser conhecido no Brasil na década de 70 do século XX. Isso se deveu de um lado (esquerdo), à diminuição do mito da ortodoxia ideológica e, de outro lado (direito), aos ares brasileiros da “abertura po-

algumas de suas categorias, tais como: sociedade civil, Estado ampliado, luta de classe, consenso, hegemonia e sociedade política. Estes conceitos trabalham com as organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os conselhos de fábricas, enfim, onde tiver espaço para luta e reivindicações. No âmbito e por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, procuram aliados para as suas posições, direção política e o consenso.

Nossa proposta de pesquisa e de análise, perante a problemática, é de construção de um Estado ampliado, em que sociedade civil e sociedade política integram-se e engendram em uma só perspectiva buscando a educação de qualidade que, segundo Gramsci, se dá somente e tão somente em espaços onde se tem esperança. Usar esta concepção significa sair da noção restrita de um mero espaço de poder a serviço da classe dominante e reconhecer que os conflitos sociais perpassam o aparelho do Estado. Assim, seu pensamento será de grande relevância, pois nos possibilitará compreender o processo de constituição da democracia brasileira e o significado que assumiu a participação no Brasil, na primeira década do século XXI.

Gramsci (Coutinho 1999, p. 127) supõe a articulação entre sociedade civil, aqui pensada na sua dimensão de necessária independência diante do Estado autoritário, com outras categorias centrais: a hegemonia de classes e a revolução. Para Coutinho (1999) pensar a “sociedade civil desconhecendo sua articulação com estas questões, representa um reducionismo e um esvaziamento do pensamento de Antonio Gramsci”.

lítica”. Gramsci falava de trabalho industrial como princípio pedagógico entendendo-o como momento educativo da própria liberdade humana, concreta e universal. “O pensamento de um autor só pode ser percebido com suficiente clareza se formulado no caldo histórico em que foi produzido” (Nosella 1992, pp. 4-5).

Gramsci percebeu que, sobretudo a partir de 1870, havia surgido uma nova esfera do ser social capitalista: o mundo das auto-organizações, do que ele chamou de ‘aparelhos privados de hegemonia’. São os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes associações, os movimentos sociais etc., tudo aquilo que resulta de uma crescente ‘socialização da política’, ou seja, do ingresso na esfera pública de um número cada vez maior de novos sujeitos políticos individuais e coletivos. Gramsci deu a essa nova esfera o nome de ‘sociedade civil’. E insistiu em que tal esfera faz parte do Estado em sentido amplo, já que nela têm lugar evidentes relações de poder. A ‘sociedade civil’, em Gramsci, é uma importante arena de luta de classes: a partir de seu surgimento é, sobretudo nela que as classes lutam para obter hegemonia, ou seja, direção política fundada no consenso, capacitando-se assim para a conquista e o exercício do poder governamental. A ‘sociedade civil’ gramsciana nada tem a ver com essa coisa amorfa que hoje chamam de ‘terceiro setor’, pretensamente situado para além do Estado e do mercado. (Coutinho 1999, p. 127)

Em Gramsci a “sociedade civil pertence ao momento da superestrutura² e não da estrutura” (econômicas) (Violin 2011). Para Gramsci, chegaria um momento em que tanto sociedade civil como sociedade política haveriam de chegar a consensos e a uma direção em suas análises e/ou lutas. Nesta perspectiva de consenso e direção da superestrutura em Gramsci é que essa pesquisa, datada historicamente, pretende contribuir para e na educação, como possibilidade de superação das dificuldades e problemáticas do cotidiano educacional, como reflexo das ações do CME.

Em Jesus (1989, pp. 22-23), encontramos a afirmação de que o consenso e a direção se complementam, pois partem de

2. A categoria de superestrutura em Gramsci é entendida como um conjunto das relações ideológicas e culturais. (Michelotto 2010, p. 126).

resultados das relações hegemônicas. A partir dessa relação que é conflituosa e conflitante é que podemos chegar a consensos. Isto requer um processo educativo Gramsciano, ou seja, todo o processo educativo está centrado no homem. “A natureza dialética da teoria Gramsciana obriga que a análise tenha as várias relações estabelecidas em seu trabalho”, isto é, não apenas analisando aspectos econômicos, mas, sobretudo, históricos e sociais. Vejamos nas palavras de Jesus (1989, p. 29).

A educação é um processo implicativo diretamente com a reprodução das relações de produção, possibilitando que estas relações ou reforcem a dominação, ou provoque a mudança estrutural. Como instrumento de mediação entre as classes, a educação forma consciência, que tanto pode servir a ideologia vigente (mascaramento), como pode superar esta ideologia.

Fica evidenciado que a educação tanto pode ser usada como um instrumento de dominação como também pode servir a classe trabalhadora como possibilidade de emancipação e autonomia, pois em Gramsci não existe educação neutra, no sentido de estar desvinculado de fatores ideológicos. A nosso ver, o CME deverá a partir deste entendimento, unir-se aos gestores escolares em uma ação/reflexão/ação, analisando suas consequências e reflexos na educação, mais especificamente no ensino escolar, para uma ação coletiva pensada e planejada no sentido de atender as necessidades da classe trabalhadora, que no nosso entendimento dar-se-á através de uma educação autônoma, que leve a classe trabalhadora a pensar-se como classe e que através de sua organização e conscientização, leve-a a um novo patamar cultural, a uma nova ordem social, quem sabe.

Segundo Jesus (1989, p. 43), as relações sociais dão-se dentro de um contexto de dominação e direção, isto é, hegemônico. Das divergências entre as classes, uma emergirá como dominante, mas para manter-se como classe dominante,

precisa reproduzir essa situação de dominação. A educação neste caso tem um papel de reforçar essas relações de dominação. Assim, “mesmo uma educação que reforce a ideologia da classe dominante pode em um determinado momento possibilitar a tomada de consciência pelo dominante e iniciar aí a contra hegemonia”. Ainda o mesmo autor (1989, p. 44) define que:

O consenso que é produzido pelos aparelhos pedagógicos se faz necessário tanto para a manutenção da hegemonia como para a sua substituição. Se do lado dominante, a educação serve ao poder, produzindo a separação entre a teoria e a prática, entre cultura e política, entre saber elitizado e trabalho, do lado proletário, esta mesma educação conscientiza a classe subalterna, revela as contradições existentes e possibilita uma nova concepção de mundo, ponto de partida para uma nova relação social.

Tanto nas palavras do autor como em sua análise das teorias de Gramsci, que considera o homem como relação social, considera também a educação em seu desenvolvimento individual e coletivo, ou seja, a educação deve atender aos interesses individuais, mas não perder de vista o interesse da coletividade, neste caso, a comunidade escolar e a sociedade civil. Neste sentido, a educação é hegemônica, pois tem como objetivo resolver as contradições das classes em busca do poder. Assim, não se pode ser ingênuo ao ponto de pensar que quem exerce o poder é apenas a classe dominante, ou que a mudança da sociedade dar-se-á somente pela tomada do poder pela classe proletária. Neste caso, é imperioso que a educação se torne instrumento de tomada de consciência por parte da classe dominada. Somente assim teremos uma possibilidade concreta de mudança estrutural em nossa sociedade.

No novo cenário, a sociedade civil se amplia para entrelaçar com a sociedade política, colaborando para o caráter contraditório e fragmentado que o Estado passa a ter nos anos 90. Desenvolve-se o novo espaço público denominado público não estatal, onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais. (Gohn 2005, p. 77)

Neste sentido, entendemos que participar de um conselho exige responsabilidade para discutir a educação, e requer disponibilidade de tempo, pesquisa, estudo e acompanhamento. Sendo os conselheiros membros voluntários que se reúnem com o colegiado mensalmente para deliberações de pautas, muitas vezes extensas, e com horário às vezes incompatível com as discussões propostas; pretendemos analisar como fica a participação dos membros (conselheiros) que compõem o conselho. E quanto à qualidade do trabalho de seus membros: fica prejudicada essa participação? Como garantir a discussão aprofundada e o acompanhamento, tão necessário e importante, das ações do governo, ou seja, suas políticas públicas, sem o tempo necessário para as devidas reflexões? É possível, para o Conselho de Educação, desempenhar o papel de articulador e incentivador de propostas pedagógicas inovadoras, capazes de propiciar o desenvolvimento e as melhorias tão necessárias na qualidade do sistema educacional? Os Conselhos de Educação têm condições de atuar em parceria com os governos, de modo a buscar a melhoria do ensino, garantindo o acesso, a permanência e o desenvolvimento das crianças e jovens matriculados nos diferentes níveis e modalidades do ensino? Os Conselhos de Educação têm constituído espaços democráticos de participação? Os conselhos estão em condições de contribuir para uma maior autonomia municipal na área do ensino escolar para um avanço das políticas públicas nesta área?

Por meio de seus escritos, Gramsci destaca a importância dos Conselhos de Fábrica na luta dos trabalhadores contra a exploração do sistema capitalista. Gramsci (1981, p. 31) salienta que o objetivo de tais conselhos é “fazer desaparecer justamente qualquer distinção entre ‘poder político’ e o ‘poder econômico’, lutando pela emancipação e autonomia dos trabalhadores tomados, na sua unidade, como produtores que se tornam a um só tempo, administrados e administradores”. Na perspectiva Gramsciana (1981, p. 35), a vida dos trabalhadores está cheia de instituições que devem ser fortalecidas e “se coligarem num sistema articulado, que absorva e discipline toda a classe trabalhadora”. Para Gramsci, os Conselhos de Fábrica eram, num primeiro momento, um caminho para se chegar a uma ação revolucionária, combinando uma ação educativa para elaboração de uma nova concepção de mundo. Gramsci coloca-se a favor destas ações de união dos trabalhadores para lutar a favor de outra organização econômica e social possível.

Neste mesmo sentido, os Conselhos de Educação são órgãos colegiados da educação. Sua função é ser mediador entre a sociedade civil e o poder executivo local. Assim, esse colegiado deve qualificar-se teoricamente para assumir suas funções. Esta será uma das problemáticas da pesquisa: entender de que forma acontece essa “qualificação”. Essas são algumas das inquietações que me proponho, enquanto pesquisadora, a investigar. Os conselheiros de educação são eleitos ou nomeados pelas instituições que fazem parte da nominata de instituições determinadas e pela legislação federal ou pela legislação municipal. Seu mandato é de três anos, segundo o regimento interno do CME de Lages, SC, podendo ser reconduzido por mais três anos, conforme interesse da instituição que o conselheiro representa.

A origem do substantivo Conselho, segundo Houaiss (2001), é do latim *Consilium*, que significa lugar onde se

delibera, conselho, assembleia deliberativa. Significa ainda organismo público destinado ao assessoramento de alto nível de orientação e, às vezes, de deliberação, em vários campos de atuação do governo.

No Dicionário do Pensamento Marxista (2001, pp. 77-78), entre outras análises, conselho tende a identificar uma forma específica de poder da classe operária, ou ainda uma forma espontânea de organização que não deveria ser subordinada aos ditames do partido revolucionário. Mais adiante, Lênin afirmava que os soviets ou conselhos eram um novo aparelho do Estado que [...] “proporciona uma força armada de trabalhadores e de camponeses” e esta força estava ligada embrionariamente ao povo, e estes eram mais democráticos que o Estado, impedindo competentemente o avanço da burocracia.

É exatamente nesta perspectiva de “lugar onde se delibera”, “que se discute” que vê a democracia como possibilidade para debates e consensos que esta pesquisa está sendo encaminhada, ou seja, pretende-se identificar quais os espaços estão sendo criados para que estas discussões tornem-se mais democráticas e para que a sociedade civil tenha maior participação e oportunidade de dizer o que pensa, sem estar subordinada aos interesses da classe dominante.

Assim, segundo Souza (2001, p. 83), “é requisito de realização do próprio ser humano e para seu desenvolvimento social a participação nas definições e decisões da vida social.” Neste sentido encontramos uma ação mais efetiva da sociedade na luta por espaços de participação nas decisões de governo pós-segunda metade do século XX. Deste modo, a promulgação da Constituição de 1988, com capítulo sobre a educação e o “controle” sobre suas ações foi uma resposta às exigências da sociedade civil organizada. Gohn (2003) declara que a participação da sociedade organizada ocorre em todos os níveis de pressão por liberdade e democracia: nas manifestações de

rua, na organização de agrupamentos sociais, nas eleições, na organização dos trabalhadores urbanos e rurais, na organização e luta das mulheres contra a discriminação e pela conquista de direitos das minorias, do empresariado, dos políticos, nas mais variadas formas de manifestações. O processo de abertura, a partir dos anos de 1980, abriu espaço para uma variada gama de interesses e lutas por projetos de governo, tanto nas áreas sociais como na área política brasileira. Esse processo teve sua sustentação na mobilização pelas “Diretas Já”, e na mobilização da sociedade civil organizada por inclusão, participação, ampliação e universalização dos direitos no processo constituinte.

Ainda em Gohn (2005b, p. 8), “a sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar seus direitos de cidadania, a partir da constatação de qualidade de não cidadão que são na prática”. Após a promulgação da CF/88 (Constituição Federal/1988), mais especificamente no início da década de 90, a educação adquiriu uma visibilidade política nunca vista, basta analisar os discursos de nossos políticos, principalmente em campanha eleitoral. Porém, isso não tem representado ações concretas, até o momento. Se fizermos uma análise mais acurada, verificaremos que estas ações correspondem a períodos de crise econômica. Existe um clima de descrença nos políticos, na política e no Estado.

Segundo Gohn (2003) a qualidade da participação pode ser mensurada pelo grau de informação (ou de desinformação), contidas nas opiniões dos participantes, podendo contribuir para o desenvolvimento político dos indivíduos. A autora ainda nos alerta (Gohn, 2003) para o fato de que, na década de 80 do século XX, “a conjuntura construiu outras dimensões para esta categoria, participação, inicialmente o processo se concentrou em redemocratizar o Estado priorizando a criação dos conselhos”, com a discussão de que esses deveriam ser consultivos, para ouvir a população, ou normativo com poderes de decisão.

Vejamos o que Gohn (2003, p. 36) tem a nos esclarecer sobre a década de 1990, ou seja, final do século XX:

[...] os processos de globalização econômica e as reformas políticas neoliberais desmantelaram boa parte da capacidade de o Estado controlar, via políticas públicas reguladoras, problemas ambientais, assim como problemas socioeconômicos. [...] a ampliação da esfera pública, por parte dos setores organizados da sociedade civil em luta pela construção de suas identidades, e os efeitos das reformas que configuravam um novo papel para o Estado na sua relação com a sociedade criaram os elementos para a constituição de um conceito na sociedade política: o de governança.

Nos anos de 1990, surge no Brasil um paradigma na gestão das políticas públicas, empreendendo ações coletivas baseadas na participação popular, para que a categoria cidadania tivesse respaldo nas ações de governo. Assim, à medida que o capitalismo adquire novas facetas, a sociedade passa a lutar não só pela sobrevivência, mas principalmente por interesses coletivos de diversas naturezas, sendo que a educação ocupa papel importante na agenda de reivindicações, nos movimentos sociais. Segundo Gohn, (2005b, pp. 16-17) “a cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas. Ela se constrói como processo interno no movimento, a cidadania coletiva se constrói no cotidiano do processo de identidade político-cultural que as lutas geram”.

Neste sentido, segundo Gohn (2007, p. 34) nos anos 90 do século XX desenvolveu-se um novo espaço público, um espaço não estatal que são os fóruns, conselhos, redes e articulações entre a sociedade civil e poder público para gestão da coisa pública no “atendimento das demandas sociais”. A sociedade passa então a ter um papel central nestas discussões. O papel dos conselhos e dos fóruns passa a ser um papel propositivo

e não apenas reivindicativo, ou seja, a sociedade civil passa a ser corresponsável por encontrar caminhos para os problemas sociais. Assim assistimos à desresponsabilização por parte do Estado. Deste modo, novas pautas são introduzidas nas reivindicações da sociedade civil, como as questões de gênero, etnia, idade.

Segundo Schlesener (2006, p. 177), com o crescimento da economia e das possibilidades de acesso à informação, “o processo de globalização revela a diversidade e as especificidades que caracterizam as regiões e os povos”, a multiplicidade cultural e disparidade do acesso aos bens produzidos. Essa conjuntura internacional, ainda em construção, nas palavras de Schlesener se “desconhecem os resultados”, dá uma nova dimensão ao Estado e de seus compromissos para com a sociedade, colocando novos desafios políticos e novas expectativas no âmbito da educação. Vejamos em Schlesener (2006, p. 179):

O Estado compõem-se da sociedade política, que detém os mecanismos de repressão e controle, mecanismos que se concretizam na estrutura burocrática e legislativa, e da sociedade civil, constituídas de espaços privilegiados de formação de um modo de pensar homogêneo, fundamento para formação de consenso e a difusão da concepção de mundo das classes dominantes entre todas as camadas da população.

Tanto a sociedade civil como a sociedade política não podem ser vistas separadas uma da outra, visto que ambas atuam para o exercício de poder, ora por meio do consenso ora através da coerção. O Estado exerce a dominação e a direção da sociedade exerce-o através da criação de leis econômicas, do controle do funcionamento das instituições públicas e através da mídia, formando a opinião pública. A compreensão de todo esse processo permite vermos a importância do desenvolvimento de

uma consciência crítica dos indivíduos, gerada pelo conhecimento concreto das relações de poder. Assim para Schlesener (2006, p. 180) “A educação envolve todo o conhecimento produzido historicamente, porque a história constitui-se como um processo contraditório de construção das sociedades, em que o passado é um elemento essencial na construção das relações sociais do presente”.

Para Gohn (2003, pp. 55-57), “o termo participação tornou-se jargão popular, tanto nos discursos de direita como nos de esquerda era referência obrigatória nos projetos ou política governamental”. Assim, a participação perdeu sua força como categoria explicativa nos processos sociopolíticos que estavam acontecendo na sociedade civil. Neste sentido, a “categoria central deixa de ser a comunidade ou o povo a passa ser a sociedade”.

Do ponto de vista da metodologia desta pesquisa, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, numa abordagem qualitativa. Confrontando e articulando a teoria na prática e vice versa, em uma relação de engendramento e contradições expostas, dando movimento ao problema de pesquisa apresentado. Como resgate histórico dentro da proposta dialética gramsciana, será realizado por meio de entrevistas e aplicação de questionários com os atuais membros do Conselho de Educação e com os gestores escolares, para conhecermos o perfil dos conselheiros bem como seus limites e possibilidades. A pesquisa com os gestores escolares faz-se no sentido de percebermos seu (re) conhecimento em relação ao CME, e de que forma eles sentem os reflexos das ações do CME no “chão da escola”. Nossa análise também tem o intuito de reconhecer, nos conselheiros e nos gestores escolares, uma filosofia da práxis, uma unidade da teoria e da prática. Neste caso, uma teoria que complemente a prática.

Nossa tese é de que o coletivo dos gestores escolares e dos conselheiros podem se cindir em um grupo de “intelectuais orgânicos”, formando, nas palavras de Gramsci (1966, p. 21), “autoconsciência crítica”, [...] “histórica e politicamente a criação de uma elite de intelectuais”. O autor argumenta que esse processo não é simples, pois está encharcado de contradições, de avanços e recuos. Em nossa análise, é possível, na teoria e na prática, essa transformação. Antes de tudo, é necessária uma autoconsciência de seu papel e contribuição na e para a educação de uma nova sociedade de novos cidadãos, não apenas preparados para o “mundo de trabalho”, mas cidadãos conscientes de seu papel de protagonistas de suas vidas.

A dialética em Gramsci consiste em o sujeito esforçar-se para compreender e conhecer melhor a realidade para assim poder transformá-la de acordo com o projeto mais consequente. Esta será a postura que adotaremos na pesquisa: estudar o objeto inserido em uma realidade que é histórica, social e econômica. Optou-se pela abordagem teórico-metodológica gramsciana, a qual possibilita a compreensão dos fenômenos em sua historicidade, totalidade, movimento e contradição, elementos fundante do método dialético, procurando descortinar os fatos para além das aparências.

A pesquisa alicerçada nesta concepção sugere uma aproximação crítica dos fatos, que analisará a realidade encontrada. O processo dialético de conhecimento da realidade implica que o conhecimento altere e transforme a realidade anterior, entendendo que a realidade não é formal, mas contraditória. Neste sentido, queremos entender como se dá a relação entre CME, Secretaria de Educação e gestores escolares, que concepção estes têm de sociedade, de educação, e a serviço de quem está esta concepção.

Minayo (1999, p. 22) destaca que “a entrevista não é uma simples coleta de dados, mas uma situação de interação entre

o entrevistado e o entrevistador, podendo inclusive afetar as informações”. Portanto, o entrevistado e o entrevistador têm, necessariamente, de ter uma postura de comprometimento durante o processo de construção e execução da pesquisa.

Do ponto de vista histórico, [...] a pesquisa social vem carregada de ênfases e interesses mais amplos do que seu campo específico. Alguns autores como Schrader nos advertem que essa atividade intelectual no mundo moderno tem origem nos grupos contestadores das desigualdades da sociedade industrial. [...] A conclusão inicial é a que a pesquisa enquanto atividade intelectual sofre as limitações e contradições mais amplas do campo científico, dos interesses específicos das sociedades e das ‘questões consagradas’ de cada época histórica. A proliferação de centros de pesquisa sociais tanto nos países industrializados como nos subdesenvolvidos tem a ver com interesse do poder público de conhecer, regular e controlar a sociedade civil, enquanto aparato de construção de consenso social, faz as suas mediações e também expressa sua autoria e resistência. (Minayo 1999, pp. 24-25)

Como procedimento da investigação, faremos um resgate histórico³ do Conselho Municipal de Educação e de seus conselheiros, através de levantamento documental do objeto, estudo bibliográfico, estudo histórico e pesquisa da memória histórica. Também utilizaremos entrevistas com sujeitos atuais, abordagem oral e escrita do tema, como parte do confronto dos dados. A análise documental será realizada a partir de documentos, da legislação de criação do Conselho, criação do

3. Nosella (1992, p. 6) quando analisa o método historicista argumenta que, em Gramsci o método não garante a “neutralidade científica”, que, aliás, é uma pura fantasia, segundo ele, leva-se o leitor ao local, ao momento e as expressões exatas da discussão, mas o enfoque, o destaque, o comentário, a interpretação conferem à subjetividade criativa, da preocupação, da sensibilidade e do estilo pessoal.

Sistema Municipal de Educação, Constituição Federal, análises, pareceres e processos que passaram pelo Conselho nesta primeira década do século XXI. Na análise dos dados coletados, utilizaremos a metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977).

Os procedimentos da pesquisa envolverão: revisão de literatura, análise documental, pesquisa de campo e aplicação de questionário. A pesquisa bibliográfica proporcionará uma compreensão do histórico da educação das políticas públicas de atendimento a Educação Básica pelo governo local. O presente estudo caracteriza-se como sendo de natureza qualitativa, procurando, dentro do recorte delimitado, trazer maior compreensão da ampla problemática que cerca a pesquisa, qual seja, o CME e a questão do avanço do processo de democratização da educação, o protagonismo do CME nas proposições de políticas públicas, bem como perceber os reflexos das ações do conselho no ensino escolar municipal. O recorte histórico será a primeira década do século XXI, mais especificamente do ano de 2001 a 2010.

No capítulo 1 – trabalharemos a metodologia da pesquisa embasada na metodologia Gramsciana, ou seja, utilizaremos o método de análise e de ação crítica, imprimindo um caráter qualitativo à investigação. Gramsci recorre à história sempre que é necessário esclarecer melhor seu objeto de estudo, assim nós também recorreremos à história para entender os fatos e acontecimentos passados e sua relação com o momento presente. O objetivo deste capítulo será estudar e compreender melhor a metodologia de investigação segundo Gramsci.

No capítulo 2 – Sobre a pesquisa, faremos um resgate histórico situando o leitor na gênese dos conselhos de educação, ou seja, desde o surgimento dos conselhos, sua problemática, sua contextualização e caracterização. Num segundo momento, analisaremos a gênese dos conselhos: problematização, limites e

possibilidades. A seguir trabalharemos a categoria “participação” e “diálogo” como processo de conscientização e emancipação das ações dos conselhos. Também trabalharemos o senso comum como possibilidade de uma ação emancipadora. Por último analisaremos a representação e o modo de participação nos conselhos. Com o objetivo de entender as relações que se dão nos conselhos e relacioná-las a vida cotidiana dos membros do CME, analisando se há ou não participação e diálogo e se estes trazem como resposta ou resultado um processo de conscientização e emancipação das ações do conselho e se essas ações chegam ou são sentidas no “chão da escola”.

No capítulo 3 – Os CME como órgão de acompanhamento e controle da sociedade civil, reconhecendo as funções do CME e seu âmbito de atuação; faremos um resgate histórico dos conselhos da educação, analisando a criação dos mesmos em nível Nacional, Estadual e local. A opção por esta revisão servirá para identificar e compreender a dinâmica ao longo do tempo, principalmente no período em que tem início os movimentos de participação democrática na gestão educacional brasileira. Também com o objetivo de identificar os principais entraves da participação efetiva dos membros do Conselho de Educação, além conhecer e reconhecer a história de criação dos conselhos como mecanismo de controle social.

Na sequência pretendemos trabalhar no sentido de localizar a pesquisa destacando alguns veios que marcam sua geografia e sua história política, econômica e cultural. Minha intenção é estabelecer como pano de fundo para discutir uma realidade construída historicamente, tendo como base as relações sociais que se estabeleceram ao longo da história desta região, ou seja, relações de dominação e submissão entre as classes. Faremos um resgate histórico das ações do CME de Lages, SC, bem como quais foram efetivamente as ações do CME na instituição do Sistema Municipal de Educação de Lages. Este capítulo terá um

caráter propositivo, sugerindo, junto ao Poder Executivo, ações de valorização dos conselheiros e de visibilidade e publicidade do CME junto à comunidade externa, bem como de propor ao coletivo do CME uma tomada de posição crítica em relação a sua participação, além de uma postura de construção, do processo histórico real de formação individual com vistas à construção de um coletivo ativo, dinâmico e comprometido.

Dando continuidade a pesquisa, faremos a coleta de dados aplicando questionários a todos os atuais membros do Conselho Municipal de Educação. Também faremos uma pesquisa em forma de questionário com os gestores das Unidades Escolares para detectar os reflexos das ações do CME no “chão da escola”. Para esta coleta, selecionaremos as escolas com mais de quatrocentos alunos. Entendemos ser uma amostra de qualidade e quantitativamente representativa da realidade. Das 32 EMEBs (Escolas Municipais de Educação Básica) no Sistema Municipal de Ensino, portanto, farão parte de nossa amostra 10 UEs (Unidade de Ensino).

Na sequência, apresentaremos as considerações finais, tendo o Conselho Municipal de Educação como uma alternativa na melhoria da qualidade do ensino escolar municipal.

Como resultados esperados da pesquisa, pretendemos provocar uma reflexão por parte dos conselheiros de suas ações no CME, além de contribuir de forma significativa nas futuras proposições dos conselheiros, de modo que possam avaliar criticamente a qualidade de sua participação. Pretende-se também identificar os principais entraves da participação efetiva de todos os membros do Conselho e trazer à reflexão qual a essência dos conselhos de educação; propor a criação de mecanismos de valorização do Conselho e de seus membros, como possível protagonista na melhoria da qualidade de ensino na cidade de Lages. A presente pesquisa tem a intenção de apresentar um estudo sobre o papel do Conselho Municipal de

Educação de Lages, na construção de uma educação de qualidade, emancipadora, transparente e comprometida; trazendo para discussão a participação da sociedade civil nos mecanismos de controle social⁴ e provocador de mudanças nas políticas públicas educacionais, sendo esses alguns dos interlocutores das expectativas da sociedade.

Por se tratar de um fenômeno recente, pouco se conhece sobre os limites e possibilidades da atuação dos conselhos municipais de educação. No entanto esses colegiados podem ou não estar se tornando espaços de ampliação da participação democrática na gestão das políticas públicas, em particular, as políticas educacionais, como mecanismo de resistência à fragilização que os espaços públicos têm sofrido com os avanços neoliberais. Nossa proposta é no sentido de dar movimento à ação dos conselhos. Por isso, a efetivação da educação de qualidade, em todos os níveis e modalidades de ensino, supõe a necessária vinculação a um pensamento que eleja a história como construção de todos. Assim, os conselhos tornam-se espaços importantes da sociedade civil para que através da participação, interfiram diretamente nas políticas públicas, já que o CME tem o poder de deliberar sobre assuntos relacionados à educação.

Neste sentido, participação é luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da humanidade. Segundo Gohn (2003, p. 16), “há um sentimento de identidade e concordância com certa ordem social que cria algo superior chamado ‘bem comum’”. Este bem comum está, portanto, fora dos indivíduos, além de interesses meramente pessoais. A nosso ver é isso o que acontece (ou deveria acontecer) com os colegiados dos CME.

4. Constituem os mecanismos de controle social os conselhos, ONGs, organizações da sociedade civil, imprensa, tribunais de contas, universidades, sindicatos, partidos políticos, conferências e muitos outros que cumprem a função primeira de prestador de serviços à sociedade.

Segundo Gohn (2003, pp. 16-17), a soberania popular é o princípio regulador da forma democrática. A participação é um fenômeno que se desenvolve “tanto na sociedade civil, quanto no plano institucional, ou seja, nas instituições políticas”. A participação articula-se com o tema de cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva.

Essa significação só pode ser apreendida, segundo Vázques (2007, p. 33), “por uma consciência que capte o conteúdo da práxis em sua totalidade como práxis histórica e social”. Neste sentido, entendemos a práxis como uma relação consciente entre teoria e prática. Para Ribeiro (2001, p. 7), “sem o domínio crítico da categoria práxis, a compreensão da prática humana geral ficaria apenas restrita à sua dimensão prático-utilitária”. Assim, é imperioso que a educação se transforme numa prática libertadora. A educação escolar tem de estar em sintonia, próxima da realidade. Uma educação enfim que interesse a jovens e crianças, que eleve culturalmente e, em consequência, socialmente, a classe trabalhadora. É essa finalidade, no nosso entendimento, de uma educação que constrói e que se constitui na construção de um ser humano cada vez mais humano. O homem, não apenas como um ser de necessidades, mas um ser inventivo, criativo de suas próprias necessidades, enfim ser com capacidade teórico-prática, produzindo conhecimento científico com finalidade de produzir conhecimento filosófico. Em uma palavra, seres práticos dotados de consciência. É esta ideia de práxis revolucionária, de práxis libertadora que trazemos para a pesquisa. Em nosso entendimento só conseguiremos uma educação significativa e com significado se o coletivo das escolas estiver imbuído em uma ação/reflexão/ação.

A formação da consciência política que nos leve a reconhecer a existência de problemas teóricos emanados do trabalho significa buscar instrumentos (teóricos ou empíricos)

que auxiliem na compreensão desses problemas. No entanto, todo esse contexto é inerente à compreensão filosófica do significado do conhecimento humano e de seu efeito na criação de um mundo educacional melhor possível.